

# A preocupação com o planejamento

por José Casado  
de São Paulo

Muito dependente do ritmo de investimentos estatais, o setor de bens de capital encontra-se, hoje, à procura de alternativas mercadológicas que lhe assegurem um nível mínimo de ocupação da capacidade instalada para os próximos anos. Recentes sondagens realizadas pela Associação Brasileira da Indústria Eletro-Eletrônica (Abinee) e pela Associação Brasileira para o Desenvolvimento da Indústria de Base (ABDIB) indicaram que a perspectiva das empresas, para o período de 1983/85, é de redução no nível global de atividades setoriais, em decorrência das previsíveis — e inevitáveis — restrições do governo federal sobre os seus gastos.

A principal preocupação da ABDIB, no momento, conforme o seu vice-presidente, Omar Bittar, é a garantia governamental de que os empreendimentos, na área da indústria de base e de infra-estrutura, terão continuidade, ainda que se procedendo a um processo de adequação dos gastos públicos. A indústria eletroeletrônica, segundo Sérgio Roberto Ugolini, vice-presidente da Abinee, opera com a perspectiva de que é inevitável, nos próximos anos, um corte substancial nos investimentos públicos, em função das pressões orçamentárias a que está submetida a gerência econômica governamental. Mas pondera sobre a necessidade de mudança do perfil do consumo energético nacional, com racionalização e melhor aproveitamento das fontes disponíveis.

Os empresários do setor de bens de capital têm-se deslocado a Brasília para defen-

der a manutenção de um nível mínimo de encomendas internas, sob o argumento de que isso é necessário para garantir o poder de competição do setor no mercado mundial de máquinas e equipamentos. E tudo indica que já conseguiram sensibilizar o governo federal: há cerca de três semanas, o ministro do Planejamento, Antônio Delfim Netto, garantiu aos industriais um mínimo de encomendas equivalente a 50%

da capacidade instalada de produção, nos próximos três anos. Outros 25% seriam conquistados pelas próprias empresas no mercado mundial.

Os industriais do setor, porém, manifestam uma permanente preocupação com o planejamento econômico governamental de prazo mais longo. Entendem que, se o governo gerenciasse com maior eficiência administrativa seus gastos operacionais,

haveria uma disponibilidade maior de recursos para investimentos.

Para tanto, acreditam, o País precisaria, em primeiro lugar, ter uma dimensão exata da sua disponibilidade de recursos. E isso implicaria a formulação de um orçamento único, a nível federal, cuja formulação e execução deveria contar com uma efetiva participação do Congresso Nacional.